



EDITAL Nº 01/2023 - ECP/TCE/AM

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CONHECIMENTOS BÁSICOS (COMUM A TODAS AS RESIDÊNCIAS)

1.1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Estudo e interpretação de textos em gêneros variados: verbais e não verbais, literários e não literários; domínio dos mecanismos de coesão textual. 2. Significação das palavras. 3. Emprego das classes de palavras. 4. Emprego de tempos e modos verbais. 5. Vozes do verbo. 6. Concordância nominal e verbal. 7. Regência nominal e verbal. 8. Emprego dos pronomes demonstrativos. 9. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado; período composto por coordenação e por subordinação). 10. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.). 11. Emprego do acento grave (crase). 12. Sintaxe de colocação pronominal. 13. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto. 14. Figuras de linguagem. 15. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero.

1.2. LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO

1.2.1. Lei Complementar Estadual nº 30/2001. 1.2.2. Lei Estadual nº 2.423/96. 1.2.3. Resolução N.º 04/02 – RI-TCE/AM. 1.2.4. Resolução N.º 03/2012 – TCE/AM.

2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1. RESIDÊNCIA JURÍDICA

2.1.1. DIREITO CONSTITUCIONAL

2.1.1.1 Constituição: Conceito, Objeto, Elementos e Classificação. 2.1.1.2 Normas Constitucionais: Estrutura Lógica; Integração, Eficácia e Aplicabilidade; Hierarquia das Normas Jurídicas; e Classificação das Normas Constitucionais. 2.1.1.3. Formação da Constituição: Poder Constituinte; Teoria da Recepção; Poder Reformador e suas Limitações; Reforma e Revisão; Emendas à Constituição; Mutações Constitucionais; Rigidez e Supremacia Constitucional. 2.1.1.4. Controle de Constitucionalidade: Tipos e Sistemas de Controle; Vícios de Inconstitucionalidade por ação e omissão; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal e os



Tribunais de Contas dos Estados. 2.1.1.5. Objetivos e Princípios fundamentais. Princípio da Separação dos Poderes: Funções Típicas e Atípicas de Cada Poder. Direitos e Garantias Fundamentais: Conceito, Evolução Histórica; Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Proteção Judicial dos Direitos Fundamentais; Ações Constitucionais. Direitos Sociais. 2.1.1.6. Nacionalidade e Cidadania. Direitos Políticos. Partidos Políticos. 2.1.1.7. Organização Político-Administrativa: Da União; Dos Estados; Dos Municípios; Do Distrito Federal; Repartição de Competências e Bens; 2.1.1.8. Competência Administrativa e Legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 2.1.1.9. Organização dos Poderes: Poder Legislativo; Poder Executivo e Poder Judiciário. 2.1.1.10. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público Estadual e Ministério Público Especial junto aos Tribunais de Contas. 2.1.1.11. Administração Pública: Disposições Gerais; Regime Jurídico da Administração Pública; Órgãos e Agentes Públicos; Servidores Públicos Civis; Militares dos Estados. 2.1.1.12. Tributação e Orçamento. Normas Gerais de Finanças Públicas: Planos Governamentais e Orçamentos Públicos; Precatórios Judiciais; 2.1.1.13. Ordem Econômica e Financeira: Princípios Gerais da Atividade Econômica; Atuação do Estado no Domínio Econômico.

2.1.2. DIREITO ADMINISTRATIVO

2.1.2.1 Princípios básicos da Administração. 2.1.2.2. Poderes e Deveres da Administração Pública. 2.1.2.3. Atos administrativos. 2.1.2.4. Poderes Administrativos. 2.1.2.5. Organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 2.1.2.6. Órgãos Públicos. 2.1.2.7. Serviços públicos. 2.1.2.8. Controle da Administração Pública. 2.1.2.9. Bens Públicos. 2.1.2.10. Agentes Públicos. 2.1.2.11. Responsabilidade Civil do Estado.

2.1.3. DIREITO FINANCEIRO

2.1.3.1. Finanças públicas na Constituição da República de 1988. 2.1.3.2. Normas gerais de Direito Financeiro. 2.1.3.3. Lei nº 4.320/1964. 2.1.3.4. Lei de orçamento. Proposta orçamentária. Elaboração da lei de orçamento. 2.1.3.5 Exercício financeiro e regime orçamentário misto. 2.1.3.6. Créditos adicionais. 2.1.3.7. Execução do orçamento. 2.1.3.8. Fundos especiais e controle da execução orçamentária. 2.1.3.9. Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. 2.1.3.10. Princípios orçamentários. Elementos essenciais. Classificação. 2.1.3.11. Regime constitucional. Vedações constitucionais em matéria orçamentária. 2.1.3.12. Despesa pública. Conceito. Evolução. Classificação. Disciplina jurídica e processamento. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. 2.1.3.13. Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Receitas patrimoniais. Conceito e modalidades de receitas patrimoniais. 2.1.3.14 Receitas creditícias. Crédito público. 2.1.3.15. Empréstimos públicos. 2.1.3.16. Dívida pública. Conceito. Regime constitucional da dívida pública brasileira. Dívida flutuante e dívida fundada. Aspectos jurídicos e econômicos. Programação financeira. 2.1.3.17. Execução orçamentária e financeira. 2.1.3.18. Operações de crédito. Classificação e extinção. 2.1.3.19. Fiscalização e controle orçamentário. 3.20. Sistemas de controle interno e externo.



2.1.4. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

2.1.4.1. Lei Federal nº 8.666/1993. 2.1.4.2. Lei Federal nº 14.133/2021. 2.1.4.3. Lei Federal nº 10.520/2002. 2.1.4.4. Lei Complementar n.º 101/00. 2.1.4.5. Lei Federal n.º 12.527/2011. 2.1.4.6 Lei n.º 13.709/2018. 2.1.4.7. Lei n.º 8.429/1992. 2.1.4.8. Lei n. 12.846/2013.

2.2. RESIDÊNCIA CONTÁBIL

2.2.1. CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1. Contabilidade Geral: 1.1 Teoria da Contabilidade; 1.1.1 Estrutura Conceitual; 1.1.2 Elementos Contábeis Patrimoniais. 1.2. Conceito, Objeto, Finalidade, Campo de aplicação da Contabilidade. 1.3. Patrimônio e Variações Patrimoniais, conceituação de patrimônio, ativo, passivo e patrimônio líquido, aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio. Formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado. 1.4 Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração: Conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras). Elementos essenciais do lançamento contábil. Situação líquida, Regime de Caixa e Competência. 1.5. Depreciação, amortização e exaustão. 1.6. Demonstrações contábeis. 1.6.1 Balanço Patrimonial: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e avaliação, Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido; 1.6.2 Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. 1.6.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos; 1.6.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. Método direto e indireto, fluxo operacional de investimento e de financiamento. 1.7 Mensuração e Reconhecimento de Operações: normas aplicáveis, conceito, mensuração e reconhecimento de transações, tais como: operações financeiras; adiantamentos a fornecedores e de clientes; operações com mercadorias, produtos e serviços; estoques; despesas pagas antecipadamente; ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; investimentos; ativo imobilizado; ativos intangíveis; combinação de negócio; custo atribuído; redução ao valor recuperável; vendas de ativos diversos (ganhos e perdas); fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações; constituição de provisões; folha de pagamento; receitas, despesas, ganhos e perdas; apuração e destinação do resultado; Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas e demais operações inerentes à atividade das sociedades empresárias. 1.8 Estoques, métodos de controle de estoque/avaliação (PEPS, UEPS e MPM), critérios e ficha de estoque. 1.9 Balancete de Verificação. 1.10. Demonstrações contábeis obrigatórias.



2.2.2. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

2. Contabilidade Pública: 2.1. Conceito, objeto, objetivo, campo de aplicação, função social (Lei 4.320/64) e Entidade do Setor Público. 2.2. Patrimônio Público: conceito, bens públicos e depreciação na Administração Pública. 2.3. Receitas e Despesas Públicas: conceito e estágios. 2.4. Exercício Financeiro, regime de caixa e de competência. 2.5. Demonstrações Contábeis aplicadas ao setor público exigidas por lei (conceito e estrutura) e MCASP - 9ª edição: apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. 2.6 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público: Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual. Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público. Características Qualitativas. Entidade que reporta a informação contábil. Elementos das Demonstrações Contábeis. Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis. Apresentação de Informação no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público. 2.7 Estoques: Objetivo, Alcance, Definições, Mensuração de Estoques, Reconhecimento no Resultado, Divulgação. 2.8 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: 2.9 Procedimentos Contábeis Orçamentários: Princípios Orçamentários, Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária; 2.10 Procedimentos Contábeis Patrimoniais: Composição do Patrimônio Público. Variações Patrimoniais. Mensuração de Ativos e Passivos. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão. Reflexo Patrimonial das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA); 2.11 Procedimentos Contábeis Específicos: Operações de Crédito.

2.2.3. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

3. Administração Financeira e Orçamentária: 3.1. Instrumentos de Planejamento: Orçamentos Anuais (Lei de Orçamento), Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de acordo com a Constituição do Estado do Amazonas (Art. 157 a 161). 3.2. Princípios Orçamentários Básicos: Unidade, Universalidade, Anualidade, Exclusividade, Especificação, Legalidade, Publicidade, Não Afetação de Receita e Equilíbrio: conceitos (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, 9ª Edição). 3.3 Mecanismos retificadores do Orçamento: Créditos Adicionais, Restos a pagar, estágios da receita e da despesa pública (tudo de acordo com a Lei 4.320/1964 e MCASP, 9ª edição). 3.4 Receita Corrente, Receita de Capital, Despesa Corrente e Despesa de Capital. 3.5 Receita Corrente Líquida (apuração), das despesas com pessoal, fiscalização e transparência da Gestão Fiscal de acordo com a LRF. 3.6 Ciclo Orçamentário e suas etapas/fases. 3.7 Estágios da Receita e da Despesa Pública. 3.8 Regime de adiantamento (Suprimento de fundos). 3.9 Despesas de exercícios anteriores. 3.10 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição: Procedimentos contábeis orçamentários e patrimoniais. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS
Escola de Contas Públicas



Fiscal), com as alterações posteriores. Lei Federal nº 4.320/1964. Constituição Federal de 1988 e Constituição do Estado do Amazonas.

2.2.4. CONTROLADORIA E CONTROLE INTERNO

4. Controladoria e Controle Interno de acordo com a Resolução TCE/AM nº 9/2016. 4.1 Estruturação e funcionamento do sistema de Controle Interno Municipal. 4.2 Princípios. 4.3 Competências. 4.4 Responsabilidade. 4.5 Requisitos para nomeação, de acordo com o art. 20 da Res. TCE/AM nº 09/2016. 4.6 Funções, finalidades e deveres do Sistema de Controle Interno (art. 45 e § 17 do art. 105 da Constituição do Estado do Amazonas) 4.7 Sistema de Controle Externo do Estado do Amazonas nos termos da Lei Complementar nº 224, de 23 de dezembro de 2021. 4.7.1 Conceituações; 4.7.2 Funções e organização; 4.7.3 Competências e responsabilidades; 4.7.4 Conselho Estadual de Controle Interno. 4.7.5 A importância das controladorias e controles internos para as empresas privadas e para os órgãos da Administração Pública.